



## Boletim PRO-REG – 1º Semestre de 2013

---

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG, criado por meio do Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007 está sendo executado pelo Governo Federal, por intermédio da Casa Civil da Presidência da República. As ações desenvolvidas no âmbito do Programa visam:

- promover o fortalecimento dos mecanismos institucionais para gestão em regulação;
- propiciar condições para a melhoria da qualidade da regulação;
- consolidar a autonomia decisória das agências reguladoras federais, e
- aperfeiçoar os instrumentos de supervisão e de controle social.

Passados dezesseis anos desde a implementação das primeiras agências reguladoras e da criação dos marcos reguladores que orientam a prestação dos serviços públicos, o governo brasileiro tem colocado em prática varias iniciativas com vistas à melhoria da qualidade da regulação e da governança regulatória. A reforma regulatória, no Brasil, busca simultaneamente responder aos desafios que se vinculam tanto à revisão do que foi produzido ao longo desse período, como fazer frente aos desafios futuros de promover instituições sólidas, transparentes e eficientes. Os aspectos mais relevantes deste processo permanente de transformação estão ligados à coordenação entre a atividade regulatória e a formulação de políticas públicas, à consolidação da autonomia das agências, à participação social na regulação e ao melhoramento do processo de tomada de decisões no ambiente regulatório.

O Estado, no exercício de sua função regulatória, pode contribuir efetivamente para que o direito dos consumidores e a estabilidade dos mercados sejam resguardados, e que a partir de instituições mais sólidas, seja alcançado um patamar de desenvolvimento econômico e social menos expostos aos riscos inerentes ao ambiente onde se materializam as políticas públicas.

Dentre as várias iniciativas que o PRO-REG vem colocando em prática, destacam-se:

### **1 - Análise do Impacto Regulatório - AIR**

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG deu seqüência na implementação da ferramenta AIR por intermédio dos projetos-piloto ora conduzidos em nove agências reguladoras federais brasileiras: ANA, Anac, Anatel, Ancine, Aneel, ANP, ANS, Antaq e Anvisa. Além dessas agências

reguladoras federais, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA também passaram a fazer parte da lista de projetos-piloto em AIR em implementação com o apoio do PRO-REG. Em fevereiro, Programa promoveu visitas a SDA/MAPA para discutir com a Secretaria a agenda e o cronograma de trabalho no âmbito do projeto-piloto.

Nos dias 18 a 22 de fevereiro de 2013, o PRO-REG ministrou o curso completo de introdução a AIR para servidores públicos da ANA. A inauguração do curso contou com a presença do diretor de regulação, João Gilberto Lotufo, que ressaltou a importância que a ANA confere ao trabalho do PRO-REG e o desejo de utilizar a ferramenta de AIR para melhorar o processo de tomada de decisões no âmbito da agência. Os próximos passos da agência serão dados para definir o tema que será objeto de trabalho por intermédio do projeto-piloto e apoiar a instituição no uso e na consolidação da ferramenta.

Já nos dias 17 a 19 de junho de 2013, foi realizado curso de formação em Análise de Impacto Regulatório na Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Essa capacitação faz parte das iniciativas para a implantação da AIR na agência. O curso, que teve a duração de 24 horas/aula, apresentou um panorama geral da AIR, abordou os elementos que compõem o relatório de AIR, as principais metodologias utilizadas para avaliação de impacto (análise custo-benefício, análise multicritério, análise custo padrão, entre outras) e técnicas de consulta pública e coleta de dados. O evento contou com a participação de 23 servidores públicos, de diversas superintendências da agência.

## **2 - Projeto Diálogos Setoriais – União Européia e Brasil**

No segundo semestre de 2012 foi apresentado pelo PRO-REG um Termo de Referência “Intercâmbio por meio da organização de seminários para troca de experiências entre a União Europeia e o Brasil”, no âmbito dos Diálogos Setoriais, conduzidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Relações Exteriores e pela União Européia. O objetivo dessa iniciativa foi promover o treinamento e a capacitação de servidores públicos federais e dirigentes de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuam no âmbito da regulação para dominar o uso de metodologias de avaliação de impactos, que são de amplo conhecimento – e uso, de países que fazem parte da União Européia. Seguem abaixo as atividades realizadas pelo projeto no primeiro semestre de 2013:

## **2.1 - Workshop sobre Avaliação de Impacto**

O evento foi realizado no dia 23 de maio de 2013 na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). O workshop teve como objetivo aprofundar a discussão sobre o tema da “Avaliação de Impacto”. O evento contou com apresentações de experiências de quatro agências reguladoras brasileiras na realização de estudos de análise de impacto regulatório (AIR). As agências convidadas foram a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Após cada apresentação, dois especialistas internacionais (Delia Rodrigo Enriquez, consultora internacional especialista em AIR, e João Bana e Costa, consultor especialista na metodologia de análise multicritério) fizeram comentários sobre aspectos relacionados à consistência metodológica das análises, bem como apresentaram sugestões de aprimoramento da estruturação e desenvolvimento da implantação da AIR nas agências.

Além de técnicos e gestores de agências reguladoras federais e estaduais, participaram do evento representantes dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF), da Agricultura (MAPA), da Procuradoria Geral da República (PGR), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (AMCHAM).

## **2.2 - Seminário Internacional sobre Avaliação de Impacto**

Já no dia 24 de maio de 2013, foi realizado no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto o Seminário sobre Avaliação de Impacto. O evento contou com a apresentação e debate de trabalhos sobre legística nos países da Comissão Européia, bem como sobre experiências em metodologias de análise de impacto realizadas no âmbito da União Europeia. Os estudos foram elaborados pelo especialista Lorenzo Allio, consultor internacional com larga experiência no tema da regulação e elaboração legislativa. Coube à também consultora internacional Delia Rodrigo Enriquez os comentários sobre as apresentações, com especial ênfase sobre a relação dos achados de cada estudo com a realizada do sistema regulatório brasileiro.

## **2.3 - Contratação de Perito Externo**

O consultor Lorenzo Allio foi contratado para realizar dois estudos. O primeiro deles consiste em um estudo comparativo das experiências de avaliação de impacto na União Européia. O estudo contemplou as experiências exitosas de avaliação de impacto na Alemanha, Irlanda, Holanda e na própria União Européia. Para cada uma das experiências, foram apresentados: (i) o local da experiência; (ii) antecedentes visando contextualizar a experiência e breve histórico da implantação; (iii) análise dos atores envolvidos (iv)

descrição da estrutura organizacional necessária para a realização das IAs, e (v) forma de envolvimento da hierarquia superior das organizações observadas.

O segundo estudo elaborado pelo consultor foi sobre legística (elaboração legislativa) nos países da União Europeia e Comissão Europeia. O estudo contemplou a experiência da França e de Portugal, além da experiência da própria Comissão Europeia. O estudo abordou o (i) contexto político e administrativo dos países; (ii) breve histórico da implantação; (iii) análise dos atores envolvidos; (iv) descrição dos processos, instrumentos normativos e procedimentos adotados, bem como da estrutura organizacional envolvida e (v) resultados alcançados no âmbito da simplificação normativa, facilitação do acesso,

Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru). Procurou-se nessa reunião somar esforços para compartilhar experiências voltadas para a melhoria da qualidade regulatória e da competitividade na América Latina e Caribe e apresentar iniciativas e os avanços obtidos na reforma regulatória e na melhoria da qualidade da regulação nos países que fazem parte da LATIN-REG. Outro ponto bastante importante abordado e discutido foi as respeito dos mecanismos de apoio e financiamento às iniciativas da LATIN-REG.

#### **4 - Workshop “Building Bridges: Regulatory Reform and Business in Brazil”**

O evento foi realizado em parceria com a Embaixada Britânica e a AMCHAM Brasil e teve como público-alvo o setor (regulado) empresarial. Foi ministrado pelos consultores internacionais Lorenzo Allio e Delia Rodrigo. O workshop, que teve a duração de dois dias em cada local, ocorreu na sede da Câmara de Comércio Americana Brasil – Estados Unidos - AMCHAM em São Paulo nos dias 22 e 23 de janeiro de 2013, na Escola Nacional de Administração Pública em Brasília nos dias 24 e 25 de janeiro de 2013 e no Rio de Janeiro, na sede da Associação Comercial, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2013.

#### **5 - Registro Eletrônico em Saúde**

A elaboração do projeto recebeu apoio da Embaixada Britânica no Brasil por meio da contratação de consultor para realizar uma análise da implementação do registro eletrônico em saúde pela Agência Nacional de Saúde Suplementar utilizando a ferramenta de análise de impacto regulatório. Após a realização desse trabalho, foi organizado o II Seminário Internacional sobre Registro Eletrônico em Saúde na Saúde Suplementar - Análise do Impacto Regulatório em março de 2013. Nesse evento, a consultora econômica contratada pelo programa, Vindelyn Smith-Hillman, fez um breve relato da experiência inglesa na implementação de Avaliação de Impacto Regulatório e apresentou um estudo considerando três cenários para implementação de Registro Eletrônico de Saúde no Brasil.

#### **6 - Diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados**

O consultor Humberto Martinsapresentou em março de 2013 o relatório final do diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados com o objetivo de fortalecer a capacidade dos ministérios para formular políticas públicas que afetem os setores em que as agências reguladoras atuam, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação e dos resultados dessas políticas, levando em consideração as variáveis que condicionam o funcionamento dos mercados, o impacto sobre a concorrência e a competitividade, o ambiente de negócios, a capacidade de atrair investimentos e os efeitos potenciais sobre consumidores e usuários. Para realização desse

estudo, foram realizadas entrevistas com representantes dos ministérios supervisores, das agências reguladoras federais e de acadêmicos da área.

## **7 - Estudo sobre os contratos de gestão firmados pelas agências reguladoras federais**

O consultor IlvoDebus foi contratado no final de 2012 para elaborar estudo sobre os contratos de gestão no âmbito das agências reguladoras federais, abordando itens como a regularidade, efetividade e contribuição do referido instrumento para gestão regulatória. O estudo foi finalizado em março de 2013 e englobou os contratos realizados pela Anvisa, ANS, ANEEL e ANA.

## **8 - Diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, comissionados e terceirizados das agências reguladoras federais**

Em dezembro de 2012, o consultor James Giacomoni foi contratado para apresentar diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, comissionados e terceirizados das agências reguladoras federais. O diagnóstico foi finalizado em março de 2013 levou em conta os seguintes níveis de agrupamento: nacional, regional, municipal, tipo de unidade (agência, posto, delegacia, superintendência, diretoria, aeroporto, porto, etc), área de atuação (finalística ou meio), entre outros. Além disso, o trabalho apontou as deficiências de quadro de pessoal, quanto a composição, perfil (etário, por gênero, formação e experiência), atribuições e rotatividade e apresentou recomendações para a otimização da alocação e gestão da força de trabalho nas agências reguladoras federais, considerando-se as diferentes demandas e competências da sua estrutura organizacional em nível central e descentralizado.

## **9 - Seminários de Avaliação do PRO-REG no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

No dia 27 de maio de 2013, foi realizado o Seminário de Avaliação do PRO-REG no Banco Interamericano de Desenvolvimento. O evento teve como objetivo discutir os resultados obtidos pelo programa durante o período de execução do Contrato de Empréstimo nº 1811-OC/BR realizado com este Banco. Participaram desse seminário representantes das agências reguladoras federais, do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, da Confederação Nacional da Indústria, da Amcham Brasil, além dos especialistas do BID e a equipe do PRO-REG.